



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 567545 - SC (2020/0071533-9)

RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ
IMPETRANTE : DIEGO CORREA PACHECO
ADVOGADO : DIEGO CORRÊA PACHECO - SC053288
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
PACIENTE : HIGOR RODRIGO SARAMENTO (PRESO)
CORRÉU : GUSTAVO DAMIAO
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

EMENTA

HABEAS CORPUS. PROCESSUAL PENAL. INSTRUÇÃO DEFICIENTE. AUSÊNCIA DE DOCUMENTOS ESSENCIAIS À ANÁLISE DA CONTROVÉRSIA. PETIÇÃO INICIAL LIMINARMENTE INDEFERIDA.

DECISÃO

Trata-se de habeas corpus, com pedido de liminar, impetrado em favor de HIGOR RODRIGO SARAMENTO contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina ("*proc. origem n. 5000073-41.2020.8.24.0033/SC*" - fl. 3).

Narra a Defesa que o Paciente e um Corrêu foram autuados em flagrante no dia 29/12/2019 pela suposta prática do delito previsto no art. 33, *caput*, da Lei n.º 11.343/2006, e que o flagrante foi convertido em prisão preventiva no dia posterior (fls. 4-5).

Extraí-se dos autos que os Acusados foram denunciados em 01/01/2020 (fls. 66-68), constando da inicial acusatória que "*Higor Rodrigo Saramento e Gustavo Damião traziam na motocicleta Honda CG 150 [...] dentro da cueca de Gustavo 50 gramas de maconha*" (fl. 67), sendo que, no mesmo dia, os denunciados "*guardavam 150 comprimidos de ecstasy e 1,025 gramas de maconha, para posterior comércio ilícito*" (fl. 67).

A Defesa narra, ainda, que pleiteou a liberdade provisória do Paciente perante a Corte de origem, mas que, tanto em liminar como no mérito, tal pretensão foi denegada (fl. 5).

Neste *writ*, o Impetrante aduz a necessidade de substituição da prisão provisória por medida alternativa, invocando, em síntese, a "*declaração pública de situação de pandemia em relação ao novo coronavírus pela Organização Mundial da Saúde*" (fl. 7) e o "*julgamento da tutela provisória incidental na arguição de descumprimento de preceito fundamental 347*" (fl. 7).

Sustenta, ainda, que, por ausência de fundamentação, deve ser revogada a decisão que decretou a prisão preventiva, com ou sem a aplicação das medidas cautelares alternativas. Ressalta que o Paciente ostenta condições pessoais favoráveis.

De outra parte, aduz que o Ministério Público ainda não apresentou suas alegações finais, embora intimado em audiência, o que caracterizaria excesso de prazo. Invoca o art. 403, § 3.º, do Código de Processo Penal.

Requer, em liminar e no mérito, seja determinada a imediata soltura do Paciente, aplicando-se os efeitos da decisão ao Corrêu.

Subsidiariamente, postula a prioridade de inclusão do feito em pauta, "*por se tratar de Réu Preso, tempo hábil para que o Defensor possa fazer sua sustentação oral*" (fl. 24).

É o relatório.

Decido.

Verifico não ser possível analisar a viabilidade do pleito deduzido, diante da instrução deficitária do *writ*, visto que a Parte Impetrante não acostou aos autos cópias das peças

processuais que comprovem o alegado na inicial – **notadamente a cópia da decisão que decretou a prisão preventiva e do inteiro teor do acórdão impugnado** –, o que inviabiliza a análise do constrangimento ilegal sustentado.

Como se sabe, compete à Defesa narrar e instruir completa e adequadamente o *habeas corpus* (ou seu respectivo recurso).

Dessa forma, como a Defesa não se desincumbiu do ônus de formar adequadamente os autos, olvidando-se de que o *habeas corpus* "*pressupõe prova pré-constituída do direito alegado*" (STJ, HC 437.808/RJ, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, DJe 28/06/2018), não há como apreciar o mérito do *writ*.

No mesmo sentido: HC n.º 508.081/SP, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, DJe 08/05/2019; HC n.º 507.614/ES, Rel. Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO, DJe 08/05/2019; HC n.º 507.591/MG, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, DJe 08/05/2019; HC n.º 507.828/RJ, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, DJe 08/05/2019.

Ante o exposto, com fundamento nos arts. 34, inciso XX, e 210 do RISTJ, INDEFIRO LIMINARMENTE a petição inicial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de março de 2020.

MINISTRA LAURITA VAZ

Relatora